

ANC P16 MAI 1988

# Mais fortes os opositores de Sarney

por José Casado  
de Brasília

É um paradoxo, mas o presidente José Sarney conseguiu tornar ainda mais fortes os seus principais adversários no Congresso: as suas críticas contundentes, repetidas nas últimas semanas, aos rumos da Constituinte e da CPI da Corrupção, por exemplo, acabaram produzindo uma reação, cujos efeitos práticos o governo começará a conhecer nesta semana.

O presidente da República inicia nesta segunda quinzena de maio — a antevéspera da definição do seu mandato pela Constituinte — enfrentando adversários com recursos duplicados. A oposição prepara um impulso político para a CPI da Corrupção e, ao mesmo tempo, vai instalar um órgão legislativo muito mais poderoso do que a Comissão Parlamentar de Inquérito. E com a característica de ser permanente.

Trata-se da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado, em cuja presidência estará o senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), que já ocupa o estratégico cargo de relator da CPI da Corrupção. Quando Chiarelli estiver assumindo, na prá-



Carlos Chiarelli

tica, o comando desse novo órgão do Senado, a CPI prevê estar interpelando Sarney no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre sua afirmação de que se pratica "terrorismo moral" contra o presidente. Sarney usou essa expressão ao criticar a oposição em discurso na cidade de Jales (SP), em 14 de abril último.

"Estamos reagindo à altura", justificava, na semana passada, o senador Chiarelli. Não há dúvida de que, ao se instalar a Comissão de Controle e Fiscalização, os adversários de Sarney ficam mais fortes. Eles são maioria

(Continua na página 7)

ANC P16 MAI 1988

# Mais fortes os opositores...

por José Casado  
de Brasília

(Continuação da 1ª página)

(9) entre os 17 senadores que compõem o órgão. Expressaram sua posição ao votar contra o presidente e seu governo na batalha de 22 de março, na Constituinte, quando se definiu o mandato de cinco anos para os futuros presidentes da República e o sistema presidencialista de governo. Foram derrotados, naquele dia, de forma acachapante.

Essa comissão, criada no Senado em 1985 no resgate das prerrogativas do Congresso, não chegou a operar, até agora. Tinha como presidente designado um aliado eventual de Sarney, o senador Roberto Campos (PDS-MT). Há pelo menos 45 dias estava acertado entre os líderes do PMDB e dos demais partidos que o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) assumiria o comando da comissão, quando instalada. Ele lutou pela indicação, na linha de frente da oposição a Sarney: "Ele é a crise", diz o senador, sempre sorrindo.

Porém, há três semanas o governo divulgou a informação de que possuía um dossiê sob certos aspectos comprometedor para os integrantes da CPI da Corrupção. E pelo menos um ministro indicou que nesse documento — nunca oficialmente reconhecido nem divulgado — o senador Chiarelli aparecia envolto nas brumas de um escândalo no Rio Grande do Sul, conhecido como "o caso das cebolas podres" — venda de estoques de produto deteriorado a agências governamentais da área agrícola.

Na reação dos congressistas alinhados com Chiarelli na oposição a Sarney, Cardoso achou mais produtivo entregar-lhe o comando da nova comis-

são, numa espécie de desagravo político.

O resultado prático é que o relator da CPI da Corrupção agora detém o controle de um órgão permanente do Senado com poderes explícitos, no regimento interno, para "avaliar a eficácia, eficiência e economicidade dos planos" do governo, assim como "compatibilizar os orçamentos" com esses planos, convocar ministros e diretores de estatais, solicitar documentos e informações, provocar perícias em órgãos públicos, requisitar auxílio policial, realizar a "interação" com o Tribunal de Contas da União (TCU) e com as comissões existentes na Câmara, estendendo-se, até mesmo, às CPI, nas duas Casas.

O projeto de Chiarelli é, precisamente, começar com uma interação com a CPI da Corrupção, conforme apurou o repórter Zanoni Antunes. O alvo será o repasse de recursos do Tesouro Nacional aos empresários navais, sobre o qual o ex-ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, da Fazenda, lançou suspeitas, em depoimento na CPI, recentemente. Pretende iniciar esse inquérito paralelo — o da CPI continuará normalmente — com o auxílio direto do TCU.

Na última quarta-feira, ele procurou o presidente do tribunal, o também gaúcho ministro Fernando Gonçalves: "Acertamos uma mútua colaboração; se recebermos uma denúncia que entendemos ter base, encaminharemos ao TCU que, automaticamente, designará uma equipe para investigar" — disse Chiarelli, um político que sonha governar o seu estado e optou por construir um caminho pela via da oposição ao presidente do qual era aliado, até oito meses atrás.

16 MAI 1988

GAZETA MERCANTIL